



doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.42.116.A009>

Automutilação, ideação suicida e tentativa de suicídio entre adolescentes trans e/ou com variabilidade de gênero

*Self-mutilation, suicidal ideation and suicide attempt among trans and/or gender
nonconforming adolescents*

*Autolesiones, ideación suicida e intento de suicidio entre adolescentes trans y/o con
variantes de género*

Fernanda Rafaela Cabral Bonato
Universidade Federal do Paraná
<https://orcid.org/0000-0001-5408-3137>
fernandacbonato@gmail.com

Adriane Mussi
Universidade Federal do Paraná
<https://orcid.org/0000-0003-4245-9525>

Roberta Cristina Gobbi Baccarim
Universidade Tuiuti do Paraná
<https://orcid.org/0000-0002-3403-5979>

Jéssica Mayra Ferreira
<https://orcid.org/0000-0003-2153-0353>

Thamirys Nardini Nunes
<http://orcid.org/0000-0003-2616-4196>

Thais Ferreira Assis Assunção
<http://orcid.org/0000-0003-0115-6130>

Resumo

O objetivo deste trabalho foi descrever os comportamentos de automutilação, ideação suicida e suicídio entre adolescentes brasileiros(as/es) trans e/ou com variabilidade de gênero. Em 2021, a Coordenação Nacional da Área de Proteção e Acolhimento a Crianças, Adolescentes e Famílias LGBTI+ entrevistou 120 famílias de crianças e adolescentes trans e/ou com variabilidade de gênero, sendo 64 destas entrevistas realizadas com responsáveis de adolescentes entre 12 e 17 anos. Os dados apontam que 50% da amostra de adolescentes já apresentou, em algum momento de vida, um comportamento de automutilação; 37,5% pensou em suicídio e 17% tentou o suicídio. Conclui-se que há necessidade de pesquisas, intervenções e políticas públicas, pois adolescentes trans apresentam maior vulnerabilidade social, devido aos estigmas, preconceitos e marginalização social.

Palavras-chave: *Transgeneridade; Variabilidade de Gênero; Adolescência; Automutilação; Suicídio.*

Abstract

The aim of this study was to describe the self-mutilation, suicidal ideation, and suicide behaviors among Brazilian transgender or gender-nonconforming adolescents. In 2021, the National Coordination of the Children, Adolescents and LGBTI+ Families Protection and Care interviewed 120 families of transgender or gender non-conforming children and adolescents; of those, 64 interviews were performed with parents or tutors of transgender or gender non-conforming adolescents between 12 and 17 years of age. The data shows that 50% of the sample had already presented self-mutilation behavior; 37.5% had idealized suicide and 17% had attempted suicide. It is possible to conclude that there is a need for more research, interventions, and public policy aimed at this population since it is a vulnerable group that faces stigma, prejudice, and social marginalization.

Keywords: *Transgender; Gender Nonconforming; Adolescence, Self-mutilation; Suicide.*

Resumen

El objetivo de este estudio fue describir la autolesión, la ideación suicida y el comportamiento suicida entre adolescentes brasileños trans y/o con variantes de género. En 2021, la Coordinación Nacional del Área de Protección y Abrigo a Niños, Adolescentes y Familias LGBTI+ entrevistó a 120 familias de niños y adolescentes trans y/o género-variantes, de las cuales 64 eran cuidadores de adolescentes entre 12 y 17 años. Los datos muestran que el 50% de la muestra de adolescentes se ha automutilado en algún momento de su vida; el 37,5% ha pensado en el suicidio y el 17% ha intentado suicidarse. La conclusión es que hay necesidad de investigación, intervenciones y políticas públicas, ya que los adolescentes trans son socialmente más vulnerables debido al estigma, los prejuicios y la marginación social.

Palabras clave: *Transexualidad; Variabilidad de Género; Adolescencia; Autolesiones; Suicidio.*

Introdução

Conforme o Artigo 2 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990), adolescente é a pessoa que tem entre 12 e 18 anos de idade. Esse período é similar ao proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que no documento intitulado ‘*Health for the world’s adolescents: a second chance in the second decade*’ (2014), afirma que a adolescência compreende as pessoas que têm entre 10 e 19 anos de

idade, e é caracterizado por um período de transição entre a vida infantil e adulta, na qual a pessoa estabelece metas e se esforça para alcançá-las, num período de desenvolvimento físico, mental, emocional e social (OMS, 1986).

A reflexão sobre o período da adolescência requer compreendê-la como um período de profundas transformações, como o desenvolvimento do corpo, mudanças de fases escolares, intensificação dos contatos sociais, modificações emocionais, entre outras. Entre as inúmeras mudanças corporais, observa-se o desenvolvimento da produção de hormônios, desencadeando o aumento da força muscular, crescimento de pelos, início da menstruação, polução noturna, crescimento das mamas, entrada na puberdade, entre outros. Já no que tange ao desenvolvimento escolar observa-se que muitos(as/es) adolescentes transitam do ensino fundamental ao ensino médio e superior e, outros(as/es), dão início à vida profissional (Freitas, 2005; Ozella, 2002).

Além destas mudanças, é importante compreender que neste período há a continuidade do desenvolvimento mental, emocional e social, inclusive com a possibilidade de vivências das primeiras experiências sociais distantes dos responsáveis, assim como das primeiras experiências sexuais, ocasionando um aumento significativo da autonomia e da independência (Freitas, 2005; Ozella, 2002). Segundo a UNICEF, a adolescência

é uma das transições mais complexas que existem; apenas a infância supera esse estágio em termos de taxa desenfreada de crescimento e mudança. (...) À medida que saem para o mundo, os adolescentes assumem novas responsabilidades, experimentam novas maneiras de fazer as coisas e reivindicam ansiosamente sua dependência. Eles começam a questionar a si mesmos e aos outros, e a perceber as complexidades e nuances da vida. Eles também começam a pensar em conceitos como verdade e justiça. Os valores e conhecimentos que adquirem ao longo dos anos irão beneficiá-los imediatamente e ao longo de suas vidas.

Durante a adolescência, os jovens estabelecem sua independência emocional e psicológica, aprendem a compreender e viver sua sexualidade e a considerar seu papel na sociedade do futuro. O processo é gradual, emocional e às vezes perturbador. Um jovem pode se sentir desiludido, desapontado e magoado em um ponto e, logo depois, eufórico, otimista e apaixonado (Unicef, 2002, p. 3-4, tradução nossa).

Diante de tantas mudanças, faz-se importante compreender que adolecer é poder estar em vulnerabilidade. Estudos, como os conduzidos por Monteiro et al. (2020) e Rossi, Marcolino, Speranza e Cid (2019), apontam que esta fase do desenvolvimento humano é permeada não só por inúmeras conquistas, alegrias e descobertas, mas também por inúmeros desafios, dificuldades e questionamentos, que muitas vezes demarcam este período como sendo uma fase de vulnerabilidade, principalmente no que tange à saúde mental. Tais dados são corroborados por Lopes et al. (2016), que entrevistaram 74.589 adolescentes para o Estudo de Riscos Cardiovasculares em Adolescentes (ERICA). Os autores encontraram uma prevalência de 30% de transtornos mentais entre os(as) participantes. O estudo também constatou que esta prevalência é mais elevada entre adolescentes entre 15 e 17 anos, e em pessoas do gênero feminino.

Esta distinção entre gênero também foi constatada no estudo brasileiro realizado por Monteiro et al. (2020), que entrevistou 230 adolescentes de uma escola pública da cidade de Salvador e constatou uma prevalência de 52% de transtornos mentais, sendo os dados mais prevalentes entre pessoas do gênero feminino.

Somam-se às questões de precarização da saúde mental na adolescência, os comportamentos autodestrutivos, que segundo Cruz (2013, p. 10), englobam:

- Os pensamentos de morte: que se caracterizam por um pensamento de morte, mas que não contém um plano de morte estruturado;
- A ideação suicida: que consiste em pensamentos consistentes envolvendo a própria morte;
- Os comportamentos parassuicidários: que se caracterizam pelo desejo de se machucar, mas sem intencionalidade de morte, como por exemplos as automutilações e autolesão não suicida;
- Os comportamentos suicidas: caracterizados pelas tentativas de suicídio concretas, que podem ser mais ou menos planejadas; e, por fim,
- O suicídio: que representa a morte resultante da intenção de matar-se a si mesmo(a/e).

Entre os comportamentos de automutilação, pode-se citar aqueles em que a pessoa intencionalmente se machuca e causa lesão a si por meio de cortes, queimaduras na pele, arranhões, ou ainda, quando a pessoa pula de locais altos, faz uso de drogas

ilícitas, ingere medicações com doses superiores às ministradas terapêuticamente, faz ingestão de substâncias ou objetos não ingeríveis, ou, por fim, quando faz uso de substâncias psicoativas, todos com a intenção de se auto agredir (Madge et al., 2008)¹. Almeida, Crispim, Silva e Peixoto (2018) afirmam que estes comportamentos têm início, em média, entre os 13 e 14 anos de idade e que, usualmente, começam por meio de episódios esporádicos, mas que tendem a se tornar repetitivos e com aumento de intensidade da lesão. Tais fatos foram corroborados pelo estudo de revisão integrativa desenvolvido por Moreira et al. (2020), que demonstraram que os cortes são utilizados como procedimento para autolesão com maior frequência entre adolescentes. Entretanto, estes estudos de Moreira et al. (2020) e de Almeida et al. (2018), assim como o conduzido por Santos, Lima e Santos (2019), apontam a escassez de dados sobre índices de automutilação entre adolescentes brasileiros(as/es).

Fato é que estes comportamentos de automutilação são apenas uma forma extremamente dolorosa e disfuncional de lidar com as vulnerabilidades e sofrimentos que podem ser vivenciados na adolescência. Segundo o estudo de Cigogna, Hillesheim e Hallal (2019), entre os anos de 2000 e 2015 houve um aumento significativo da mortalidade por suicídio entre adolescentes brasileiros(as/es) com idade entre 10 e 19 anos de idade, passando de 1,71 a 2,51 por 100.000 habitantes, totalizando 11.947 mortes em todo o território brasileiro.

O relatório '*Prevención de la conducta suicida*', publicado no ano de 2016 pela Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) (2016), realizado em parceria com a OMS, afirma que o suicídio é a terceira causa de morte entre adolescentes de 10 a 19 anos de idade em alguns países da América Latina, sendo a segunda causa de morte entre adolescentes com idade entre 15 e 19 anos ao redor do mundo. Por fim, o documento emitido pela OMS (2021) intitulado '*Suicide worldwide in 2019: global health estimates*', afirma que em torno de 700.000 pessoas morrem por suicídio por ano. Para o Brasil, os índices variam entre 5 e 9,9 suicídios a cada 100.000 habitantes e o documento afirma que:

¹ Segundo Giusti e Leite (2021, p. 816), a autolesão não suicida (ALNS) "é definida como lesões superficiais deliberadas de tecido corporal, não sancionadas socialmente, como cortar, queimar ou raspar a própria pele. Ao contrário das tentativas de suicídio, na ALNS não há essa intenção.". O conceito é menos amplo que o de automutilação definido por Madge et al. (2008).

O suicídio foi a quarta causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos de idade para ambos os sexos, depois de lesões ocasionadas por acidente de trânsito, tuberculose e violência interpessoal. Para mulheres e homens, respectivamente, o suicídio foi a terceira e quarta principais causas de morte nesta faixa etária (OMS, 2021, p. 7).

Rossi et al. (2019) destacam que os índices de suicídio de jovens entre 15 e 29 anos só ficam atrás dos números relacionados aos acidentes automobilísticos. A temática envolvendo as automutilações, tentativas de suicídio e suicídio podem se relacionar a sintomas psiquiátricos, como por exemplo a depressão, condição comum aos(as) adolescentes que morrem por suicídio (Rossi et al., 2019).

Entretanto, os estudos citados até este momento não abordam a questão do sofrimento, automutilação, tentativa de suicídio e suicídio entre crianças e adolescentes que vivenciam a transgeneridade e/ou variabilidade de gênero. O que se tem relativo a comportamentos suicidas vivenciados por estes adolescentes são pesquisas realizadas em outros países, como a conduzida por Toomey, Syvertsen e Shramko (2018), que avaliou as atitudes e comportamentos de 120.617 adolescentes estadunidenses, com idades entre 11 e 19 anos, incluindo adolescentes trans e não binários(as/es). Esta pesquisa constatou que aproximadamente 14% dos(as/es) adolescentes já haviam tentado suicídio, sendo que entre meninos trans adolescentes as taxas de tentativa de suicídio eram maiores, em torno de 50,8%, sendo seguidos por adolescentes que não se identificavam como exclusivamente homens ou mulheres (41,8%) e adolescentes transgêneras femininas (29,9%) (Toomey et al., 2018). O estudo também comprovou que adolescentes não heterossexuais e/ou minorias raciais e étnicas apresentaram índices maiores de comportamentos suicidas. Ou seja, jovens de minorias sexuais e de gênero apresentam maior risco de automutilação e comportamentos suicidas (Giusti e Leite, 2021)

Objetivos

O objetivo deste trabalho é apresentar dados sobre comportamentos de automutilação, ideação suicida e suicídio entre adolescentes brasileiros(as/es) trans e/ou com variabilidade de gênero, obtidos a partir de entrevistas realizadas com responsáveis

pelos cuidados destes adolescentes², realizada em 2021 pela Coordenação Nacional da Área de Proteção e Acolhimento a Crianças, Adolescentes e Famílias LGBTI+.

Método

No ano de 2021, foi publicado o livro intitulado “Ensaio sobre vivências reais de crianças e adolescentes transgêneros dentro do sistema educacional brasileiro”³ (Nunes, 2021), produzido pela Coordenação Nacional da Área de Proteção e Acolhimento a Crianças, Adolescentes e Famílias LGBTI+, vinculada à Aliança Nacional LGBT, em cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

O livro é fruto de uma pesquisa realizada com 120 famílias brasileiras, que reconheciam cuidar de uma criança/adolescente transgênero(a/e) e/ou com variabilidade de gênero e que faziam parte da rede de famílias da referida Coordenação. Dentre as famílias participantes, 56 representavam crianças de 5 a 11 anos, e 64, adolescentes de 12 a 17 anos (Nunes, 2021).

As informações foram coletadas por meio de entrevistas *online* com mães, pais e responsáveis. A participação nas entrevistas semiestruturadas ocorreu de forma voluntária e a condução da mesma foi por duas integrantes da Coordenação (também mães de crianças trans). A interação e participação das famílias foi dividida em 4 etapas, realizadas, primeiramente, por meio de um convite para livre participação na pesquisa, seguido por um encontro explanatório *online*, pelo preenchimento do formulário *online* (Google *Forms*) e, por fim, por um encontro final com as entrevistadoras. Todos os pais, mães e responsáveis assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Nunes, 2021).

O convite para a pesquisa foi realizado através das redes sociais, aplicativos de mensagens e grupos compostos por mães e pais de pessoas trans. Todas as famílias interessadas em participar deste projeto foram orientadas a entrar em contato com a assistente de projeto para agendar a data do encontro explanatório, que foi realizado

² Os(as/es) adolescente aos quais se refere este artigo foram identificados(as/es) como transgêneros(as/es) ou não binários(as/es) pelos seus pais, mães e/ou responsáveis.

³ Disponível em: <https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2021/12/eBook-Completo-0912-FINAL.pdf>

através da plataforma *Google Meet*. Nesse encontro foram explicados os objetivos do projeto, assim como termos que seriam adotados no formulário, incluindo conceitos sobre *bullying* transfóbico, agressões verbais, emocionais, físicas e cibernéticas. As famílias interessadas tiveram suas reuniões agendadas por meio de contato telefônico da assistente social do projeto e nestas, o link do formulário foi transmitido às mães, pais e responsáveis.

O formulário foi desenvolvido pelos profissionais que formavam a equipe da pesquisa e era composto por: dados sobre a identificação da família, da criança e/ou adolescente trans e/ou com variabilidade de gênero; identificação da instituição educacional; informações sobre a pandemia e as aulas *online*; bem como sobre o trajeto para a escola e aulas extracurriculares. Somente após o preenchimento do formulário pelos pais, mães e responsáveis o encontro com as mediadoras foi agendado e realizado.

As entrevistas, individuais com cada família, não foram gravadas e ao final do processo os dados foram transcritos do *Google Forms*, preenchidos pelas famílias antes da entrevista, para uma planilha de Excel. Os dados analisados neste artigo refletem um recorte específico dos dados coletados na pesquisa em questão, porém, que não foram apresentados no livro organizado por Nunes (2021). Ademais, este artigo delimita seu objeto à temática dos comportamentos de automutilação, ideação suicida e suicídio em adolescentes trans ou não binários(as/es).

Para a análise de dados, foi utilizado o método de estatística descritiva, a fim de organizar, descrever e resumir os dados, permitindo uma visão global da informação coletada de maneira compreensível e concisa. Este método foi definido para que uma melhor visualização da média obtida nas respostas fosse possível. Os dados foram organizados em gráficos que permitiram às pesquisadoras uma forma rápida e objetiva de visualização dos dados.

Participantes

Foram analisados os dados referentes a 64 entrevistas realizadas no ano de 2021 pela Coordenação Nacional da Área de Proteção e Acolhimento a Crianças, Adolescentes e Famílias LGBTI+ (2021) com pais, mães e responsáveis de adolescentes transgêneros(as/es) ou não binários(as/es) (Nunes, 2021). Estes(as) adolescentes, no

momento das entrevistas, tinham, conforme declarado pelos(as) responsáveis, entre 12 e 17 anos de idade, conforme a Figura 1.

Figura 1

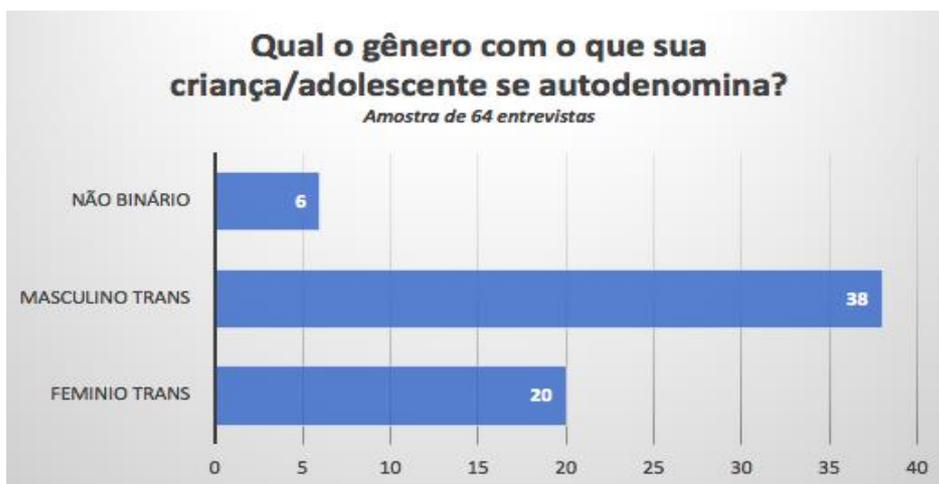
Idade dos(as) adolescentes na época da entrevista.



Fonte: as autoras

Figura 2

Gênero declarado pelos(as) adolescentes.



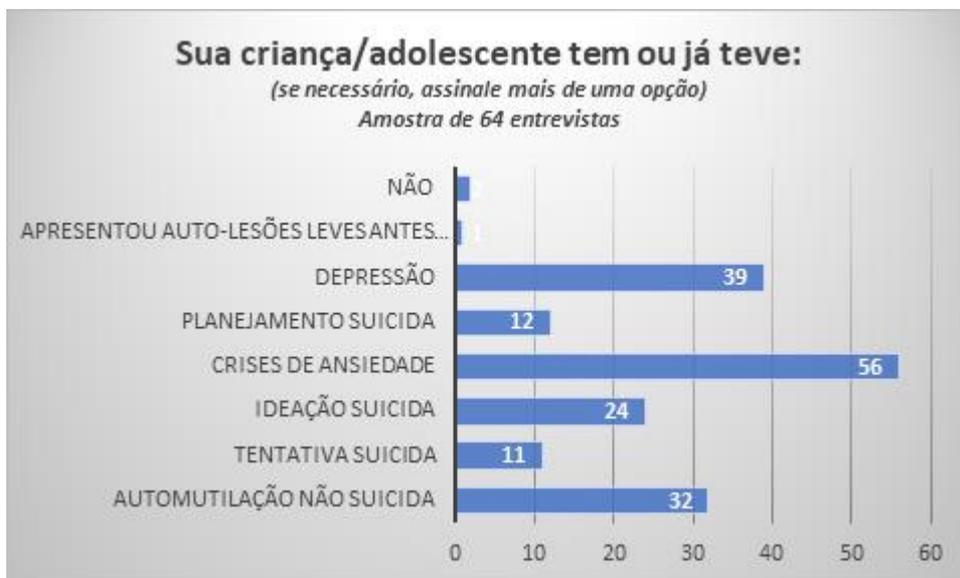
Fonte: as autoras

Resultados

Os dados obtidos por meio das entrevistas apontam que comportamentos de automutilação não suicida, ideação suicida e tentativa de suicídio são frequentes entre crianças e adolescentes trans e não binários(as/es) brasileiros(as/es). Segundo os relatos, 32 (50%) adolescentes já haviam se automutilado em algum momento da vida; 24 (37,5%) já haviam apresentado ideação suicida e 11 (17%) já tentaram o suicídio, como exposto na Figura 3.

Figura 3

Automutilação, ideação suicida ou tentativa de suicídio dos(as) adolescentes.



Fonte: as autoras

Os dados do presente estudo superam os apresentados em pesquisa realizada na cidade de São Paulo, na qual encontrou-se uma prevalência de 25% (N = 444) de automutilação por pelo menos uma vez na vida na população trans (Centro de Estudos e Cultura Contemporânea, 2021). Esse comparativo é extremamente importante, por serem as duas únicas investigações realizadas sobre os comportamentos de autolesão, tentativa de suicídio e suicídio de pessoas com variabilidade de gênero e/ou transgeneridade, tanto na adolescência, como na vida adulta.

Nas entrevistas realizadas pela Coordenação Nacional da Área de Proteção e Acolhimento a Crianças, Adolescentes e Famílias (Nunes, 2021) não foi verificado de

que maneiras estas automutilações foram cometidas, nem mesmo quais foram as ideações suicidas e/ou tentativas de suicídios, entretanto, os dados da pesquisa realizada com a população trans adulta do estado de São Paulo mostra que a parte do corpo mais autolesada são os braços, comportamento que também pode estar associado a tentativa de suicídio (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 2021).

Isso aponta para a necessidade urgente de pesquisas, intervenções e políticas públicas, uma vez que crianças e adolescentes trans, não binárias/es ou com variabilidade de gênero não só fazem parte do grupo que apresenta vulnerabilidade social, devido à estigmatização, preconceitos e marginalização social (Robles et al., 2016), mas também pelos altos índices apontados por nossa pesquisa. É importante pontuar que 67% destes pais, mães e responsáveis atribuem os comportamentos de autolesão, tentativa de suicídio e suicídio à condição de transgeneridade e/ou variabilidade de gênero de seus filhos, filhas e filhas, afirmando, ainda, uma possível relação diante da não aceitação de amizades e familiares diante da identidade de gênero, ou, devido ao *bullying* vivenciado no ambiente escolar. Tais dados vão ao encontro do que outras pesquisas apontam como fatores desencadeadores de comportamentos autolesivos.

Discussão

A exposição à violência por períodos prolongados, assim como a dificuldade de acesso às redes de apoio, pode desencadear sofrimento psíquico significativo, produzindo, além das dificuldades no controle dos impulsos, comportamentos autolesivos e ideações/comportamentos suicidas (Rossi et al., 2019). Adolescentes trans brasileiros(as/es), comumente buscam autoconhecimento, liberdade e oportunidades em uma cidade distinta daquela em que foram criadas ou que residem suas famílias. Esse movimento, chamado de ‘êxodo travesti, muitas vezes acontece em virtude da transfobia vivenciada em ambiente escolar, todavia, sozinhos(as/es) e sem apoio, muitas vezes essas pessoas passam por processos de exclusão social e estigmatização (ANTRA, 2020). Segundo dados do Grupo Cultural AfroReggae (INFOREGGAE) (2013, p. 7) “Grande parte das pessoas de identidade trans saem de casa bem cedo para não enfrentar problemas acarretados pelo preconceito dentro da família”, algo que,

segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, acontece por volta dos 13 anos de idade (ANTRA, 2018).

Os dados do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (2021) apontam que a faixa etária entre os 16-20 anos de idade demarca o momento de saída do ambiente familiar, uma vez que 49% das pessoas entrevistadas no estudo intitulado ‘Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo’ relataram que foi entre estas idades que saíram de casa, motivadas pela “percepção de que a pessoa não tem ou não terá aceitação, no núcleo familiar, caso se identifique com um gênero diferente ao de seu nascimento” (2021, p.26). É válido pontuar ainda, que tal estudo mostra que os processos de expulsão de casa e os conflitos familiares são causas frequentes para a saída de pessoas trans da moradia familiar. Segundo a pesquisa do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea:

Juntos, estes dois fatos totalizam 47% das respostas. No caso específico de desentendimentos familiares, o índice corresponde a 30% das respostas das pessoas entrevistadas. Os percentuais são bastante aproximados entre as pessoas não binárias (33%); mulheres trans (31%); travestis (30%) e homens trans (28%). Já, em relação à saída por expulsão (17%), quando se considera as identidades de gênero, a predominância se dá em relação a travestis (24%) e, na sequência, as mulheres trans (16%), as pessoas não binárias (13%) e os homens trans (9%) (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 2021, p. 26).

Isso traz uma série de consequências, como por exemplo: a dificuldade de continuar os estudos, ocasionado por processos de expulsão escolar ou abandono educacional; dificuldade no processo de formação profissional; de inclusão no mercado de trabalho; dificuldade no acesso à moradia, devido aos valores de locação e/ou ausência de casas de apoio a pessoas trans; e, por fim, maior vulnerabilidade social, que gera elevados índices de violência e morte de pessoas trans (INFOREGGAE, 2013; ANTRA, 2018, 2020, 2021a).

Entretanto, um ponto extremamente importante é que os adolescentes da pesquisa realizadas pela Coordenação Nacional da Área de Proteção e Acolhimento a Crianças, Adolescentes e Famílias, que já apresentaram a prática da autolesão ou tentativa de suicídio, puderam, segundo relatado por familiares/tutores, contar com o apoio destes, o que difere de dados que demonstram a saída/expulsão de casa por volta

dos 13 anos de idade. Este é um dado relevante, considerando que a ANTRA reforça em seu dossiê de assassinatos de 2022 que o suporte familiar é um fator fundamental na diminuição das ideações, tentativas e/ou suicídios trans (ANTRA, 2023).

Segundo informações da ANTRA (2020), a média de pessoas trans assassinadas no Brasil entre os anos de 2008-2018 foi de 118 (cento e dezoito) pessoas por ano. No ano de 2019 foram registrados 124 assassinatos e 15 suicídios de pessoas trans (ANTRA, 2020a); em 2020 foram 175 assassinados e 23 casos de suicídio (ANTRA, 2021a); em 2021 foram assassinadas, ao menos 140 pessoas trans, incluindo uma adolescente trans de 13 anos de idade (ANTRA, 2022). O dossiê do ano de 2021 ressalta que:

Dentre diversos casos de violência e violações de direitos humanos contra crianças e/ ou adolescentes trans ao longo do ano, destacamos o fato de não haver qualquer estimativa para que sejam pensadas políticas públicas que garanta a proteção e os direitos daquelas que não se identificam com o gênero designado no nascimento e que sejam menores de 18 anos (ANTRA, 2022, p.42).

No ano de 2022⁴, 131 pessoas trans foram assassinadas (ANTRA, 2023). Segundo a ANTRA no que tange ao suicídio de pessoas trans é importante considerar que

O suicídio é muito difícil de monitorar, porque não são publicados, muitos quando publicados, a família não respeita a identidade de gênero, e ainda tem o problema da notificação; as fichas de notificação não são preenchidas, ou quando são preenchidas, são feitas de forma incorreta. Todavia, reconhece-se que o processo de exclusão social, a marginalização, discriminação e estigmatização que se concretiza no nosso dia a dia, como as tentativas de homicídio e a violação de direitos humanos muitas vezes leva ao suicídio (ANTRA, 2021, p.119).

Sobre esta questão da ideação suicida entre pessoas trans, a pesquisa conduzida por Silva et al. (2020) é muito esclarecedora, pois, ao entrevistar 22 travestis e 36

⁴ No dossiê de 2022 há um subcapítulo específico sobre "A urgência do debate sobre a proteção de crianças e adolescentes que não atendem as expectativas de gênero" com pontos importantíssimos sobre a necessidade de ações para a proteção desta população, perante a vulnerabilidade social que enfrentam por sua identidade de gênero.

transexuais adultos(as) assistidos(as) por quatro organizações civis do estado do Rio Grande do Norte, os(as) pesquisadores(as) constataram uma prevalência de 41% de ideação suicida, sendo um percentual de 13,79% entre as travestis e 27,61% entre transexuais. Também apontaram maior prevalência de ideação suicida nos(as) participantes que têm um histórico de violência na escola e/ou que apresentam níveis depressivos moderado ou grave nos testes aplicados.

A exposição destes fatos sobre a população trans adulta é extremamente importante, pois, por meio dela, pode-se inferir sobre o que adolescentes trans, não binários(as/es) e com variabilidade de gênero brasileiros(as/es) aprendem, veem, escutam, leem e vivenciam sobre a não cisgeneridade, bem como de que maneira estas aprendizagens afetam a saúde emocional e o processo de adolecer. A interface entre os dados sobre saúde mental em adolescentes trans, não binários(as/es) e com variabilidade de gênero indicam que os comportamentos autolesivos são recorrentes nesta população, mas para que esta afirmação possa ser ampliada, mais pesquisas devem ser realizadas buscando compreender outros aspectos e desdobramentos do processo de adolecer, de desenvolvimento e identificação de pessoas não cisgêneras.

Não se deve esquecer que um maior afastamento dos serviços de saúde, que pode ser determinado pela qualidade no atendimento a estas pessoas, é decisivo para a vulnerabilidade e precarização da saúde (Baccarim e Tagliamento, 2020). Além disso, as estratégias de prevenção ao suicídio devem iniciar precocemente e incluir, como lembram Giusti e Leite (2021, p.821), a “facilitação do acesso aos serviços de saúde, educação em saúde, redução de danos, combate e prevenção da LGBTIfobia e tratamento para o consumo de álcool e substâncias”, assim como a preocupação com o fortalecimento do acolhimento em rede e por pares. Segundo os mesmos autores, o cuidado integral deve envolver não apenas o acolhimento imediato à situação de lesão ou comportamento suicida, mas também recursos como psicoterapia, terapia em grupo, terapia familiar, tratamento farmacológico e práticas de *mindfulness* para manejo de crise.

Considerações finais

O que as 64 entrevistas realizadas pela Coordenação de Proteção e Acolhimento de Crianças, Adolescentes e Famílias LGBTI mostram é que o ambiente social discriminatório é fonte de vulnerabilidade psíquica a estes adolescentes, isto porque, conforme informações obtidas por meio destas entrevistas, a automutilação, a ideação suicida e a tentativa de suicídio são frequentes entre estes(as) adolescentes.

Se pesquisas científicas, como as expostas neste artigo, demonstram que adolescentes cisgêneros costumam apresentar dados significativos em relação ao adoecimento e vulnerabilidade emocional, quando se fala sobre adolescentes transgêneros(as/es) é importantíssimo pensar em como a marginalização, a estigmatização, o preconceito e a violência podem comprometer ainda mais o seu desenvolvimento.

As famílias participantes desta pesquisa dão suporte aos seus filhos(as/es), já que dentre tantos outros pontos, buscam rede de apoio e conhecimento sobre vivências trans. Esse ponto é de extrema importância, porque denota uma limitação de nossa pesquisa, uma vez que somente famílias que buscam rede de apoio e suporte, sejam para elas, sejam para as crianças e adolescentes, responderam a pesquisa. Ademais, isso nos faz aventar sobre quem responde por tantas crianças e adolescentes expulsos(as) de casa? Quem aponta fatos sobre a saúde mental de crianças e adolescentes trans brasileiros(as/es) que convivem sem rede de apoio e acolhimento? Quem dá suporte para um processo de subjetivação e individualização saudáveis a estas pessoas, garantindo-lhes a vida, a saúde, a liberdade e a segurança?

Outro ponto importante refere-se à relação entre os dados obtidos por meio das referidas entrevistas, no que tange aos comportamentos autodestrutivos com a questão da transgeneridade, não binaridade e variabilidade de gênero na adolescência, pois questionamos sobre como poderão adolescentes vivenciar este processo de desenvolvimento físico, mental, social e educacional com saúde e segurança diante de dados tão violentos contra pessoas trans? Quais as consequências desta marginalização e exclusão social para o processo de individualização e subjetivação de adolescentes trans e com variabilidade de gênero?

Os dados brasileiros são insuficientes e omissos no que tange a vivência trans e o que vemos, por meio destas entrevistas, é que sem medidas eficazes e urgentes,

manteremos as possibilidades de vivências trans atuais, ou seja, vivências à margem da sociedade, numa realidade extremamente vulnerável e violenta.

É crucial que, como sociedade e Estado, estejamos atentos e promovamos com urgência a escuta, a visibilidade, a promoção e a acolhida das diversas manifestações da diversidade. É necessário compreender que é direito humano e individual ser quem se é e que cabe à sociedade que precisa aceitar a diversidade e não tentar enquadrar o ser humano em uma ideia inatingível de uniformidade.

Desta forma, é de extrema importância a construção de políticas públicas e a inclusão para a participação equitativa de direitos de pessoas trans, não binárias/es e com variabilidade de gênero na sociedade, possibilitando que todos(as/es), independentemente da idade, desejem manter-se vivos(as/es). É inadiável o processo de mudança social. Urge que a sociedade interrompa o ciclo de violência, principalmente contra aqueles(as) que estão em seu processo de individualização, descoberta e amadurecimento como são os(as/es) adolescentes, que muitas vezes estão em posições de vulnerabilidade e podem, num único ato, retirar a própria vida como consequência de um processo de fatores complexos agravados pela exclusão e a marginalização social.

Referências

- Almeida, R Da S., Crispim, M. S. Da S., Silva, D. S. Da, & Peixoto, S. P. L. (2018). A prática da automutilação na adolescência: o olhar da Psicologia escolar/educacional [online], 2018. *Ciências humanas e sociais*, v. 4, n. 3, p. 147-160, mai. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/5322/2803>. [Acesso em: 10.08.21]
- Associação Nacional de Travestis e Transexuais. (2018). *Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017* [online]. Brasília. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>. Acesso em: 10.08.21
- Associação Nacional de Travestis e Transexuais. (2020). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019* [online]. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE. Disponível em: https://www.bnews.com.br/fotos/bocao_noticias/257716/mg/levantamento-antra.pdf. Acesso em: 10.08.21
- Associação Nacional de Travestis e Transexuais. (2020a) *Boletim n. 03/2020*:

assassinatos contra travestis e transexuais em 2020 [online]. Rio de Janeiro: documento eletrônico. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/06/boletim-3-2020-assassinatos-antra.pdf>. Acesso em: 10.08.21

Associação Nacional de Travestis e Transexuais. (2021). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020* [online]. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 15.08.21

Associação Nacional de Travestis e Transexuais. (2021a) *Boletim n. 002/2021*. Rio de Janeiro: documento eletrônico [online]. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/07/boletim-trans-002-2021-1sem2021-1.pdf>. Acesso em: 12.08.21

Associação Nacional de Travestis e Transexuais. (2022). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2021* [online]. Bruna G. Benevides (Org). – Brasília: Distrito Drag, ANTRA. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://antrabrazil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>

Associação Nacional de Travestis e Transexuais. (2023). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2022* [online]. Bruna G. Benevides (Org). – Brasília: Distrito Drag, ANTRA. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://antrabrazil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>

Baccarim, R. C. G., & Tagliamento, G. (2020). Acesso de pessoas trans à saúde: uma análise das práticas de profissionais. *Psicologia Argumento*, 38(102), 604-625. <https://doi.org/10.7213/psicolargum.38.102.AO01>

Brasil. (1990). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

Centro De Estudos De Cultura Contemporânea. (2021). *Mapeamento das pessoas trans no município de São Paulo: relatório de pesquisa* [online]. São Paulo: documento eletrônico. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/LGBT/AnexoB_Relatorio_Final_Mapeamento_Pessoas_Trans_Fase1.pdf. Acesso em: 10.08.21

Cicogna, J. I. R., Hillesheim, D., & Hallal, A.L.De L. C. (2019). Mortalidade por suicídio de adolescentes no Brasil: tendência temporal de crescimento entre 2000 e 2015 [online]. *J. Bras. Psiquiatr.*, v. 68, n. 1, p. 1-7. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/12/1002449/1982-0208-jbpsiq-68-01-0001.pdf>. Acesso em: 16.08.21

Cruz, D.M. Da S. (2013). *Viver com a vida, "morrer" com a vida: proteção e risco em*

- trajectórias auto-destrutivas na adolescência* [online]. 354 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa, Lisboa. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/8740/1/ulsd65996_td_Diana_Cruz.pdf. Acesso em: 16.08.21
- Freitas, M.V. (2005). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais* [online]. São Paulo: Editora Ação Educativa, 2005. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05623.pdf>. Acesso em: 16.08.21
- Giusti, J., & Leite, R. F. M. (2021). Suicídio e autolesão não suicida. In: Junior, A. L. et al. *Saúde LGBTQIA+: Práticas de cuidado transdisciplinar*. 1. ed. São Paulo: Manole, 2021.
- Grupo Cultural Afroreggae. (2013). *InfoReggae-Edição 21: encontro além do arco íris e 06 de dezembro de 2013* [online]. Rio de Janeiro: documento eletrônico, 2013. Disponível em: <http://www.afroreggae.org/wp-content/uploads/2014/05/InfoReggae-Rio-Ed.-21-Evento-Alem-do-Arco-Iris.pdf>. Acesso em: 15.08.21
- Lopes, C. S., Abreu, G. de A., Santos, D. F. dos ., Menezes, P. R., Carvalho, K. M. B. de ., Cunha, C. de F., Vasconcellos, M. T. L. de ., Bloch, K. V., & Szklo, M.. (2016). ERICA: prevalence of common mental disorders in Brazilian adolescents. *Revista De Saúde Pública*, 50, 14s. <https://doi.org/10.1590/S01518-8787.2016050006690>
- Madge, N., Hewitt, A., Hawton, K., de Wilde, E. J., Corcoran, P., Fekete, S., van Heeringen, K., De Leo, D., & Ystgaard, M. (2008). Deliberate self-harm within an international community sample of young people: comparative findings from the Child & Adolescent Self-harm in Europe (CASE) Study. *Journal of child psychology and psychiatry, and allied disciplines*, 49(6), 667–677. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2008.01879.x>
- Monteiro, D. da S., Martins, R. D., Gomes, N. P., Mota, R. S., Conceição, M. M. da ., Gomes, N. R., & Nery, C. L. P. D.. (2020). Factors associated with common mental disorder in school teenagers. *Revista Brasileira De Enfermagem*, 73, e20190847. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0847>
- Moreira, E. De S., Vale, R. R. M. Do, Caixeta, C. C., & Teixeira, R. A. G. (2020). Automutilação em adolescentes: revisão integrativa de literatura [online]. *Ciência saúde coletiva*, v. 24, n. 10, p. 3945-3954. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2020.v25n10/3945-3954/>.
- Nunes, T. (Org). (2021). *Ensaio sobre vivências reais de crianças e adolescentes transgêneros dentro do sistema educacional brasileiro* [online]. Curitiba, PR, IBDEX. Disponível em: <https://aliancalgbti.org.br/wp-content/uploads/2021/12/eBook-Completo-0912-FINAL.pdf>.

- Organização Mundial Da Saúde (1986). *Young people's health – a challenge for society* [online]. Geneva: OMS. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/41720/WHO_TRS_731.pdf;jsessionid=BC3D381998DB0D89E81C132EBCF48A0E?sequence=1. Acesso em: 26.08.21
- Organização Mundial Da Saúde. (2014). *Health for the world's adolescents: a second chance in the second decade* [online]. Geneva: OMS. Disponível em: <https://apps.who.int/adolescent/second-decade/section2/page1/recognizing-adolescence.html>. Acesso em: 26.08.21
- Organização Mundial Da Saúde. (2021). *Suicide worldwide in 2019: global health estimates* [online]. Geneva: OMS. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240026643>. Acesso em: 26.08.21
- Organização Pan-Americana De Saúde. (2016). *Prevención de la conducta suicida* [online]. Washington: OPS. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/31167/9789275319192-spa.pdf>. Acesso em: 26.08.21
- Ozella, S. (2002). Adolescência: uma perspectiva crítica. In: Contini, M.L.J., Koller, S.H. (Orgs). *Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas* [online]. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia; p. 16-24. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/01/adolescencia1.pdf#page=15>. Acesso em: 26.08.21
- Robles, R., Fresán, A., Ramírez, H. V., Islas, J. C., Pérez, V. R., Martínez, T. D., & Reed, G. M. (2016). Removing transgender identity from the classification of mental disorders: a Mexican field study for ICS-11 [online]. *The Lancet*, v. 3, n. 9, p. 850-859. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lanpsy/article/PIIS2215-0366\(16\)30165-1/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanpsy/article/PIIS2215-0366(16)30165-1/fulltext).
- Rossi, L.M., Marcolino, T. Q., Speranza, M., & Cid, M. F. B. (2019). Crise e saúde mental na adolescência: a história sob a ótica de quem vive [online]. *Cad. Saúde Pública*, v.35, n. 3, p. 1-12, mar, 2019. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2019.v35n3/e00125018/pt/>. Acesso em: 15.08.21
- Santos, P. A. De A. Dos, Lima, R. F., & Santos, L. C. (2019). *Automutilação em adolescentes* [online]. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem) - Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos, Brasília, 2019. Disponível em: https://dspace.uniceplac.edu.br/bitstream/123456789/315/1/Priscila_Santos_%200000135_Raquel%20Franco_0000130.pdf. Acesso em: 16.08.21.
- Silva, G.W.S, Meira, K.C, Azevedo, D.M, Sena, R.C.F, Lins, S.L.F, Dantas, E.S.O, & Miranda, F.A.N.(2020). Fatores associados à ideação suicida entre travestis e

transexuais assistidas por organizações não governamentais [online]. *Cien Saude Colet.*, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <https://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/fatores-associados-a-ideacao-suicida-entre-travestis-e-transexuais-assistidas-por-organizacoes-nao-governamentais/17489?id=17489&id=17489>. Acesso em: 15.08.21.

Toomey, R.B., Syvertsen, A, & Shramk, M. (2018). Transgender adolescent suicidal behavior [online]. *Pediatrics.*, v.142. n. 4, p. 1-10. Disponível em: <https://pediatrics.aappublications.org/content/142/4/e20174218>. Acesso em: 15.08.21.

Unicef. (2002). *Adolescência: uma etapa fundamental* [online]. New York: UNICEF. Disponível em: https://www.unicef.org/pub_adolescence_sp.pdf. Acesso em: 15.08.21